

*English translation on next page*

## **Acordos anteriores sobre Mar de Timor permitiram a Timor-Leste financiar o Estado – PM**

Díli, 06 mar (Lusa) - Os anteriores acordos entre Timor-Leste e a Austrália sobre os recursos do Mar de Timor permitiram a Díli obter mais de 30 mil milhões de receitas que financiaram o Estado nos últimos 10 anos, disse hoje o primeiro-ministro timorense.

Por isso, defendeu Mari Alkatiri, em entrevista à Lusa, sem eles não teria sido possível sequer ter as condições para alcançar o acordo histórico que define a linha permanente de fronteira entre os dois países e que vai ser assinado hoje, hora local, em Nova Iorque.

“Esses acordos foram significativos porque permitiram gastar durante 10 anos mais de 13 mil milhões de dólares vindos do [poço] Bayu Undan e sem esse acordo não teria havido condições para gastar tanto”, afirmou o chefe do Governo.

“Se calhar até teria sido melhor não ter podido gastar tanto. Mas a verdade é que o dinheiro veio daí e sem esse dinheiro nem sequer teríamos podido pagar os advogados de luxo que temos a negociar este tratado”, disse.

As declarações de Alkatiri surgem no dia em que, em Nova Iorque, Timor-Leste e a Austrália assinam o “Tratado entre a Austrália e a República Democrática de Timor-Leste que estabelece os seus limites marítimos no mar de Timor”.

O tratado vai ser assinado pelo atual ministro Adjunto do primeiro-ministro timorense para a Delimitação de Fronteiras, Agio Pereira, e pela ministra dos Negócios Estrangeiros australiana, Julie Bishop, e vai ser testemunhado pelo secretário-geral da ONU, António Guterres, e pelo presidente da Comissão de Conciliação, Peter Taksøe-Jensen, que mediou as negociações entre os dois países.

O documento foi negociado por uma equipa liderada por Xanana Gusmão, que estará ausente da cerimónia, mas que tem sido aplaudido pelo êxito conseguido que muitos consideravam impossível, dada a posição até aqui irredutível da Austrália.

“A partir do momento em que se recusou a assinar comecei a concluir que não iria estar presente. Penso que não está muito contente com a solução encontrada. Sempre queria muito mais, queria o gasoduto para Timor, e mesmo com Timor queria 100% do Sunrise. Essa foi sempre o objetivo. Xanana sabia que não era fácil”, disse.

Nas últimas semanas, Alkatiri tem sido acusado por alguns partidos da oposição e nas redes sociais de não ter conseguido tanto nas negociações anteriores, que ele próprio liderou com a Austrália, e que levaram, em 2002, à assinatura do Tratado de Timor Gap e, em 2006, ao Tratado sobre Determinados Ajustes Marítimos no Mar de Timor (CMATS).

“É política barata, política mesquinha, política de quiosque de quem não sabe medir as coisas. Sem fronteira definida, consegui 90-10. E mesmo com fronteira definida não iríamos conseguir muito mais que isso. E para o Fundo Petrolífero entraram 30 mil milhões de dólares. Ainda duvido que o Sunrise possa vir a dar isso”, afirmou Alkatiri.

“Ainda não ouvi da boca de Xanana qualquer tentativa de deturpar isto. Há alguma raia miúda aqui que está a tentar fazer isso. Porque fazem uma política irresponsável, desajustada à realidade. Xanana está a negociar em nome do Estado e do Governo. Se houvesse um vazio de governação, não havia negociações”, considerou.

Alkatiri é igualmente acusado de favorecer a opção de um gasoduto de Greater Sunrise para Darwin, acusação que rejeita frontalmente, afirmando que os líderes do país sempre coincidiram no objetivo de trazer o gasoduto até ao sul de Timor.

“Nunca poderia defender o gasoduto para Darwin porque se não nunca teria havido essas negociações. A exigência do gasoduto para Timor travou a exploração do Sunrise e permitiu que depois de 2013 quem estivesse a governar pudesse tomar novas opções”, disse.

Sem entrar em detalhes sobre o documento, que permanece confidencial até à sua assinatura, Alkatiri considera o acordo uma “vitória substancial” quer permite a Timor-Leste “saber até onde pode ir” e que coloca em águas timorenses os poços de Greater Sunrise.

“É uma linha mediana que não é totalmente mediana, mas isso é resultado das negociações. Nunca tive ilusões de que deveria ser mesmo a que queiramos totalmente, tendo em consideração a dimensão dos dois países. Em direito internacional isso tudo pesa”, afirmou.

“O que se pode levantar agora é estando o Sunrise 100% nas nossas fronteiras porque é que temos que dar 20 ou 30% à Austrália? Só as atas das negociações podem desmistificar isso”, afirmou.

Informações obtidas pela Lusa indicam que o acordo entre os dois países prevê que Timor-Leste receba 70% das receitas do Sunrise se o gasoduto vier para Timor-Leste e 80% se for para Darwin.

“A partir da ratificação pelos dois países desse acordo, todos os poços passam a ser 100% de Timor-Leste. Deixa de haver partilha de recursos ou receitas”, afirmou.

Sobre as receitas que Timor-Leste possa vir a receber desses poços, Alkatiri diz que é “muito difícil” ter uma previsão.

---

### **Earlier Timor Sea Agreements allowed Timor-Leste to finance the State – P.M.**

Dili, March 6 (Lusa) - Former Timor-Leste / Australia agreements on Timor Sea resources have enabled Dili to obtain more than \$30 billion in state funding over the past 10 years, the Timorese Prime Minister said.

According to Mari Alkatiri, in an interview with Lusa, without them it would not have been possible even to have the conditions to reach the historic agreement that defines the permanent border line between the two countries and that will be signed today, local time, in New York.

“These deals were significant because they allowed us to spend over \$13 billion from Bayu Undan for 10 years, and without that agreement there would have been no way to spend that much,” said the head of government.

“Maybe it would have been better not to have been able to spend that much. But the truth is that the money came from there and without that money we would not even have been able to afford the luxury lawyers that we have to negotiate this treaty,” he said.

Alkatiri’s remarks come on the day that, in New York, Timor-Leste and Australia sign the “Treaty between Australia and the Democratic Republic of Timor-Leste which establishes maritime boundaries in the Timor Sea.”

The treaty will be signed by the current Timorese Deputy Prime Minister for the Delimitation of Borders, Agio Pereira, and the Australian Foreign Minister, Julie Bishop, and will be witnessed by the UN Secretary General, António Guterres, and by the chairman of the Conciliation Commission, Peter Taksøe-Jensen, who mediated the talks between the two countries.

The document was negotiated by a team led by Xanana Gusmão, who will be absent from the ceremony, but who has been applauded for the success achieved that many considered impossible, given the hitherto irreducible position of Australia.

“From the moment you refused to sign I began to conclude that you would not be present. I do not think you’re very happy with the solution you found. I always wanted much more, I wanted the gas pipeline to Timor, and even with Timor I wanted 100% of Sunrise. That was always the goal. Xanana knew it was not easy,” he said.

In recent weeks, Alkatiri has been accused by some opposition parties and social networks of not having achieved so much in previous negotiations that he himself led with Australia and which led in 2002 to the signing of the Timor Gap Treaty (sic) and, in 2006, to the Treaty on Certain Maritime Arrangements in the Timor Sea (CMATS).

“It’s cheap politics, petty politics, kiosk politics of those who do not know how to measure things. Without a defined border, I got 90-10. And even with a definite border, we would not get much more than that. And the Petroleum Fund has put in \$30 billion. I still doubt that Sunrise could do that,” Alkatiri said.

“I have not yet heard from Xanana’s mouth any attempt to misrepresent this. There’s some little streak here that’s trying to do that. Because they make an irresponsible policy, unadjusted to reality. Xanana is negotiating on behalf of the State and Government. If there was a governance vacuum, there were no negotiations,” he said.

Alkatiri is also accused of favoring the option of a Greater Sunrise pipeline to Darwin, a charge he rejects head-on, claiming that the country’s leaders have always agreed on the goal of bringing the pipeline to southern Timor.

“I could never defend the pipeline to Darwin because otherwise there would have been such negotiations. The demand for the pipeline to Timor stopped the exploration of Sunrise and enabled whoever was to govern after 2013 to take new options,” he said.

Without elaborating on the document, which remains confidential until it is signed, Alkatiri considers the agreement a “substantial victory” that allows Timor-Leste to “know how far it can go” and places Greater Sunrise wells in Timor-Leste waters.

“It’s a median line that is not fully median, but that’s the result of negotiations. I have never had any illusions that it would be exactly what we want, taking into account the size of the two countries. In international law this all weighs,” he said.

“What can be raised now is being 100% Sunrise on our borders because we have to give 20 or 30% to Australia? Only the minutes of the negotiations can demystify this,” he said.

Information obtained by Lusa indicates that the agreement between the two countries provides that Timor-Leste receives 70% of Sunrise’s revenues if the pipeline comes to Timor-Leste and 80% if it goes to Darwin.

“After the ratification by both countries of this agreement, all wells become 100% of Timor-Leste. It no longer shares resources or revenues,” he said.

Regarding the revenues Timor-Leste may receive from these wells, Alkatiri says it is “very difficult” to have a forecast.

---